

DoCEntes ENTREVISTA



Professora
**Patrícia Del
Nero Velasco**

Apresentação

Mesmo que a comunidade de professores(as) e pesquisadores(as) em educação do Brasil, em suas mais diversas formas de ser, entendam e defendam a Filosofia como um saber fundamental para o pleno desenvolvimento dos cidadãos, aqueles que a ensinam ainda são impelidos a justificar e lutar pela sua presença nos diversos níveis educacionais. Ao mesmo tempo, novas demandas pedagógicas e de ensino, assim como políticas, surgem para os professores(as) de Filosofia, levando-os a se modificarem e lidarem de forma outra com o presente. A revista DoCEntes, nesta edição de março de 2023, entrevistou especialistas brasileiros reconhecidos na área a fim de pensar as diversas nuances que, na atualidade, constituem o ensino desse saber. Abordando temas como racismo, livro didático, argumentação lógica, pesquisa, criticidade e políticas públicas educacionais como a BNCC e a Reforma do Ensino Médio (lei 13.415/2017), entre outros, as entrevistas presentes neste dossiê sobre Ensino de Filosofia possibilitam aos leitores uma problematização atualizada sobre a prática docente e pesquisa em torno de um componente curricular que, mesmo velho, com seus mais de 2500 anos de história, é fundamental para a formação integral dos cidadãos brasileiros, especialmente os jovens cearenses.

Pós-doutora em Educação pela UNESP-Campus Marília (2019) e Doutora (2004), mestra (2000) e graduada (1996) em Filosofia pela PUC-SP. É professora e pesquisadora da Universidade Federal do ABC (UFABC), onde coordenou o Curso de Licenciatura em Filosofia (2010-2012), o Subprojeto PIBID-Filosofia (2011-2013) e o Núcleo UFABC do PROF-FILO - Mestrado Profissional em Filosofia (2015-2018; 2020), do qual é professora. Lidera o grupo do CNPq Laboratório de Pesquisa e Ensino de Filosofia (LaPEFil), atuando nas linhas Fundamentos do Ensino de Filosofia e Ensino de Argumentação Lógica e Ciências. É integrante do núcleo de sustentação e coordenadora (biênio 2022-2024) do grupo de trabalho da ANPOF Filosofar e Ensinar a Filosofar, membro dos grupos de pesquisa ELAD - Estudos de Linguagem, Argumentação e Discurso (UESC/CNPq) e ENFILO - Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Ensino de Filosofia (UNESP/CNPq).

1. E-mail: patricia.velasco@ufabc.edu.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0717394972836082>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4705-4474>

DoCentes: Professora Patrícia, sua pesquisa e prática em torno do ensino de Filosofia é significativa e importante para pensarmos e estarmos atentos à nossa prática docente e pesquisa. Tocando no tema "Campo de estudos Ensino de Filosofia", qual sua importância para o ensino de Filosofia na educação básica e no ensino superior?

Patrícia Del Nero Velasco: Inicio minha fala invertendo a sentença: o campo de conhecimento intitulado Filosofia do Ensino de Filosofia (ou simplesmente Ensino de Filosofia) não faz sentido sem a presença da Filosofia na Educação Básica. Trata-se de um campo composto pelo conjunto de tudo aquilo que envolve o tema: planos de aula, metodologias de ensino, livros didáticos, projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura, projetos de pesquisa e extensão, concepções de formação, de ensino e de Filosofia etc. Todavia, embora agregue todos estes conhecimentos e práticas, assim como todos os níveis de ensino (da Filosofia com crianças ao ensino de Filosofia como problema de pesquisa na pós-graduação), seu cerne certamente é a prática filosófica na Educação Básica – objeto central dos estudos neste campo.

Voltando à pergunta que me foi feita, a institucionalização de um campo de conhecimento em torno e sobre o ensino e a aprendizagem da Filosofia pretende dar reconhecimento às práticas e às pesquisas que já são desenvolvidas, com qualidade e em número expressivo, há ao menos duas décadas. Se, por um lado, podemos dizer que estas práticas e pesquisas possuem legitimidade social, à

medida que há agentes produzindo e se responsabilizando pelo campo (professores e professoras pesquisadores de todos os níveis de ensino), de outro falta-lhes legitimidade institucional. Uma vez que o Ensino de Filosofia não é reconhecido como uma linha ou subárea de pesquisa nas agências de fomento e nos programas de pós-graduação, aqueles e aquelas que a este campo se dedicam têm que lidar com obstáculos diários em suas jornadas acadêmicas: seus artigos e projetos são usualmente avaliados por pareceristas que desconhecem a literatura e a metodologia do campo, o que diminui a chance de aceite; conseqüentemente, torna-se maior a dificuldade em obter fomento como bolsas e auxílios à pesquisa. Em suma, a despeito da consolidação atestada pelas produções (bibliográficas, técnicas etc.), a área não goza de cidadania filosófica plena – cerceando suas potencialidades e seu (ainda maior) desenvolvimento.

Neste sentido, o almejado reconhecimento institucional do Ensino de Filosofia como campo de conhecimento ou subárea de pesquisa visa dar condições adequadas e justas às professoras e professores pesquisadores que atuam nos cursos de formação docente e na pós-graduação, fomentando a qualidade do trabalho realizado sobre a temática *n a s u n i v e r s i d a d e s*. Concomitantemente, fornecerá também cidadania plena aos filósofos e filólogas que atuam na Educação Básica e cujo trabalho (docência, pesquisa, produção de metodologias e materiais didáticos *p r ó p r i o s e t c .*) não é academicamente valorizado e, às vezes, sequer reconhecido como tal. A institucionalização do Ensino

de Filosofia como campo da Filosofia permitirá que se estreite a distância entre o ensino de Filosofia nos diferentes níveis, fazendo circular com maior alcance as produções e ações de seus agentes. Ao congregarmos professores e professoras de Filosofia de todos os níveis que se dedicam a pensar filosoficamente o Ensino de Filosofia, propiciará, igualmente, uma maior organização política de seus pares: teremos, enfim, condições de pautar as demandas da área e participar com maior força e fôlego dos debates sobre políticas educacionais que envolvem a área. Por fim, mas não menos importante, vislumbro que a cidadania plena para o Ensino de Filosofia compreenderá uma significativa revisão do próprio cânone filosófico, uma abertura há muito desejada por filósofos e filólogas: o reconhecimento de outras maneiras de se relacionar com a(s) filosofia(s) e o filosofar, atestando o caráter filosófico das práticas do filosofar que ocorrem na imanência da sala de aula.

DoCentes: Retomando o tema pesquisa em ensino de Filosofia, poderia falar sobre a importância, para o ensino de Filosofia no Brasil, do GT da ANPOF Filosofar e Ensinar a Filosofar, do qual a senhora faz parte, e do livro que publicou em 2020 pela editora NEFI, no qual se preocupa em dialogar e analisar as ações desse grupo?

Patrícia Del Nero Velasco: A Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia (ANPOF) foi fundada em 1983 e apenas em 2006, na gestão do prof. João Carlos Salles (UFBA), o Ensino de Filosofia passou a vigorar, com a fundação do GT Filosofar e Ensinar a Filosofar, como temática dos grupos de trabalho da

pós-graduação em Filosofia do Brasil. O grupo em questão levou a cabo a virada-filosófica² que teve como marco inaugural o Congresso Brasileiro de Professores de Filosofia, realizado em Piracicaba (SP), no ano 2000. A coletânea do encontro foi intitulada de Filosofia do Ensino de Filosofia e assim justificada por Sílvio Gallo: "O título do livro anuncia a tônica do que procuramos produzir com o congresso: um trabalho de natureza filosófica sobre o ensino de filosofia; ou, para dizer de outra maneira, tomar o ensino de filosofia como problema genuinamente filosófico" (2012, p. 14). O GT da ANPOF é fruto e expoente maior da supracitada virada-filosófica, passando a congregar pesquisadores e pesquisadoras que assumem o ensinar-aprender filosofia/filosofar e a formação docente como temáticas de suas investigações filosóficas.

Não obstante seja um grupo de trabalho ligado a uma associação de pós-graduação, pela própria natureza da temática a qual se dedica, as pesquisas do grupo inevitavelmente têm uma dimensão prática. Seja porque problematizam o ofício docente, a formação docente em Filosofia e o fazer filosófico em sua dimensão pedagógica, seja porque investigam e desenvolvem produtos educacionais para serem usados em sala de aula (como sequências didáticas, jogos, eventos acadêmicos ou artísticos, aplicativos, audiovisual, entre outros). Ao assumir esta dimensão prática que lhe é constitutiva, as pesquisas em e sobre Ensino de

Filosofia desenvolvidas no âmbito do GT inevitavelmente reverberam para além da esfera da pós-graduação. Elas têm um impacto social nas escolas e um impacto acadêmico nos cursos de formação de professores e professoras. Muitos membros do GT atuam nas licenciaturas de suas instituições, responsabilizando-se: pelos estágios supervisionados; pelas práticas de ensino; por disciplinas como Filosofia do Ensino de Filosofia, Didática da Filosofia e Metodologia do Ensino de Filosofia; por programas como o PIBID e a Residência Pedagógica; por pesquisas de IC e TCC sobre Ensino de Filosofia; por projetos de extensão, entre outras ações inerentes à atuação docente na universidade. Outros vários membros do GT, além do vínculo com a pós-graduação (seja acadêmica, seja profissional), mantêm carga horária na Educação Básica – imprescindível vínculo para o diálogo entre escola e universidade, entre educação básica, graduação e pós-graduação.

O livro *Filosofar e Ensinar a Filosofar*: registros do GT da ANPOF – 2006-2018 (NEFI Edições³), por sua vez, nasceu da necessidade de mapeamento das produções sobre Ensino de Filosofia no Brasil. A cada reunião do GT, tínhamos a convicção de que o Ensino de Filosofia não só se constituía como subárea de pesquisa, como já se tratava de um campo de conhecimento consolidado. Mas para que este diagnóstico pudesse ter relevância acadêmica, precisávamos juntar o acervo de tudo aquilo que constitui a área: projetos de pesquisa, de

extensão e de ensino; artigos, capítulos de livros, livros, trabalhos completos publicados em anais de eventos etc. Dada a dimensão estratosférica da empreitada, ao assumi-la tive que fazer um recorte metodológico e acabei centrando esforços nas produções dos então 45 membros do GT. Mas ao restringir os nomes a terem suas produções identificadas, pude ampliar o escopo temporal e realizar um estudo comparativo, classificando as referidas produções em duas décadas (1997-2007 e 2008-2018). Esse trabalho permitiu mostrar que a partir do marco divisor da obrigatoriedade da disciplina de Filosofia no Ensino Médio, houve um aumento muito significativo de ações e publicações na área – reiterando a tese anteriormente mencionada de que a presença da Filosofia na Educação Básica é o cerne e a razão das pesquisas sobre Ensino de Filosofia no Brasil.

A obra sobre o GT é constituída também de uma memória do que já foi feito e do percurso até aqui – de quem ajudou a fundar o GT, mas hoje não participa mais dos encontros; de quem contribuiu com o GT em algum momento, mas não está mais atuando na área; de quem tem participado desde sempre... enfim, para além de mapear os produtos, digamos assim, deste grupo, senti a necessidade de registrar essa história, talvez também como uma forma de reverenciar aqueles e aquelas que vieram antes de nós e abriram as portas para que a gente pudesse fazer e estudar aquilo que hoje nós fazemos e estudamos. A propagada falta de memória do brasileiro não

2. Inspirados no "giro filosófico" de Ruggiero (2012), Rodrigues e Gelamo cunham a expressão "virada filosófica" para designar "esse posicionamento filosófico com o ensino de filosofia [que] é apresentado não como uma atitude individual, proposta de um sujeito-autor, mas [como] uma dinâmica coletiva (2021, p. 33).

3. Disponível em: <http://filoeduc.org/nefiedicoes/colecoes.php>. Acesso: 20 dez. 2022.

poderia se repetir em um grupo que tem como marcas a afetividade e o trabalho colaborativo. Nesse sentido, o livro é também uma celebração dos 14 anos que o GT completava na ocasião.

Cabe ainda mencionar que, em 2021, outros/as colegas se juntaram para continuarmos a fazer o levantamento do acervo do campo e, paulatinamente, estamos construindo este acervo e disponibilizando-o na página do LaPEFil – Laboratório de Pesquisa e Ensino de Filosofia (<https://lapefil.pesquisa.ufabc.edu.br>). Entendo que tanto o livro quando este repositório são matérias-primas riquíssimas para a memória da área e para futuras pesquisas sobre a temática do Ensino de Filosofia.

DoCentes: Outro tema pela senhora pesquisado é a argumentação lógica, que foi por você trabalhado no II Encontro Cearense de Professores de Filosofia e dá título ao seu livro Educando para a argumentação - Contribuições do ensino da lógica. Poderia comentar sobre o que é e qual a importância da argumentação lógica para o ensino de Filosofia na educação básica? Partindo das suas conversações sobre o assunto e sua docência no PROFFILO, você acha que ainda é preciso atenção, em termos de formação inicial e formação continuada de professores de Filosofia da educação básica, em torno do tema?

Patrícia Del Nero Velasco: A argumentação é um vastíssimo campo de conhecimento hoje, comportando um arcabouço

teórico-conceitual e prático bastante diverso e divergente. É fruto do desdobramento das propostas pioneiras de Perlman e Obrecht-Tyteca (2005) e Toulmin (2006), responsáveis por recuperar do legado lógico aristotélico a retórica e a dialética, criando teorias da argumentação que não se encerram na analítica; teorias que, em última instância, pretendem atender aos argumentos da vida prática. Na esteira destes autores, surgiram inúmeras possibilidades de se pensar a argumentação, tais como: o modelo dialogal (PLANTIN, 2008), a argumentação no discurso (AMOSSY, 2020) e a argumentação na interação (GRÁCIO, 2016). Assim sendo, assumo a completa imprecisão do termo "argumentação lógica" que adoto, mas o faço por ainda não ter encontrado um termo melhor. Ultimamente, aliás, tenho usado a terminologia "prática argumentativa", pois os conceitos sob o título de "argumentação lógica" se prestam justamente à identificação de estruturas argumentativas em situações cotidianas.

Feita essa ressalva, tenho trabalhado sob o título em questão a noção de argumento a partir da perspectiva inferencial (e não dialogal ou interacional, por exemplo), trabalhando de modo correlato os conceitos de premissa, conclusão, subargumento e argumento complexo, assim como as distinções entre argumentos dedutivos, indutivos e abdutivos. Sob o ponto de vista retórico, até aqui vislumbrei apenas possibilidades de práticas argumentativas com falácias não formais, mas indico fortemente a leitura da obra de Edgar Lyra

intitulada O esquecimento de uma arte: retórica, educação e filosofia no século 21 (2022), na qual o autor faz uso da retórica aristotélica para indicar caminhos filosóficos para lidarmos com os desafios no nosso século.

Em um artigo de 2017⁴, discuto com algum vagar sobre o lugar da argumentação na Filosofia como disciplina. De modo breve, o trabalho com práticas argumentativas, com a construção e reconstrução de argumentos e a identificação de falácias, permite às/aos estudantes: justificar seus pontos de vista, cobrar as razões daquilo que outras/os defendem, identificar erros de raciocínio, compreender diferentes perspectivas sobre uma mesma temática e, em última instância, reconhecer outrem como alguém igualmente dotado de ideias e capacidade de raciocínio. Assim sendo, conhecer e praticar conceitos-chave de argumentação permite fomentar o pensamento crítico (o exame racional sem pré-conceitos ou pré-julgamentos, as habilidades de julgar e deliberar, a avaliação de conhecimentos, comportamentos, ideias, costumes e valores), o pensamento criativo (criando perspectivas diferentes para o tópico a ser justificado) e, igualmente, a civilidade. Meu trabalho com argumentação pauta-se não apenas em minha trajetória acadêmica, mas na defesa que faço de que há uma dimensão ética da argumentação. E o que isto significa? Ao trabalhar conceitos e práticas argumentativas, não oferecemos somente instrumental para a criação de argumentos ou para a identificação de falácias, mas em alguma medida estamos também incentivando a disposição

4. Cf. VELASCO, 2017.

de se colocar no lugar de outrem, de estar disposto a dialogar, de procurar consensos e dissensos, enfim, de usar a palavra para justificar nossos pontos de vista. E, com isso, nós abrimos mão de armas e de outras formas de violência tão em voga hoje em dia.

Considerando, de um lado, o valor formativo do trabalho com argumentação e sua presença requerida nos dispositivos legais que orientam a Educação Básica (PCN, PCN+, OCN e, mais recentemente, na BNCC⁵) e, de outro, as exíguas indicações de subsídios metodológicos que orientem a identificação e construção de argumentos nos materiais didáticos de Filosofia, eu diria que há muito ainda a se construir sobre a temática. Há que se desenvolver materiais para o trabalho com a prática argumentativa em sala de aula e há que se atentar ao tema nos cursos de formação inicial e formação continuada de professores de Filosofia da Educação Básica. Em outras áreas de conhecimento, há todo um campo de pesquisa e produção de material para a sala de aula que tem a argumentação como cerne. São facilmente encontrados artigos sobre ensino de ciências (química, física e biologia), de matemática e de língua portuguesa⁶ que discutem práticas argumentativas desenvolvidas

desde o ensino fundamental até os cursos de licenciatura. Em contrapartida, e a despeito do caráter iminentemente argumentativo da Filosofia, experiências com argumentação e ensino de Filosofia são pontuais. Se o campo de pesquisa do Ensino de Filosofia no Brasil tem muito a ensinar ao mundo, com pesquisas, iniciativas e produções exemplares, no quesito "ensino de argumentação" os papéis se invertem: países como EUA e Portugal desenvolvem vasto material sobre a temática – praticamente um pré-requisito para o ensino da Filosofia nestas regiões.

DoCEntes: Sabendo da sua preocupação e da sua luta em defesa do ensino de Filosofia como campo, em que medida a BNCC e a Lei Novo Ensino Médio com ele colabora ou prejudica? Qual a importância da luta política dos professores da área, nos seus diversos níveis, para o fortalecimento do ensino de Filosofia no Brasil?

Patrícia Del Nero Velasco: O modelo de Ensino Médio brasileiro há tempos necessitava ser revisado. No entanto, a maneira como o processo foi realizado e as consequências desta última são desastrosas para a educação pública brasileira e, de modo específico, para a pretendida

formação filosófica nas escolas de todo o país. Infelizmente, sabemos que as políticas educacionais que se instauraram a partir do Golpe de 2016 (além da BNCC e da Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, há também a fatídica Resolução CNE 02 de 20 de dezembro de 2019) fazem parte de uma ação maior, uma ação que é composta: pela tentativa de privatização da educação (e dos demais setores da sociedade); pelo fim da autonomia universitária e da autonomia docente em todos os níveis; assim como pela precarização e pelo sucateamento da educação brasileira. As políticas educacionais em questão: (1) desconsideram o acesso ao conhecimento científico, contrariando os princípios da democracia e de justiça social; (2) diluem o acesso de estudantes da Educação Básica ao conhecimento científico e sistematizado produzido pelas Ciências Humanas; e (3) são políticas que se pautam na pedagogia das competências, amplamente criticada, há décadas, por pesquisadoras e pesquisadores da Educação, porque desconsidera a formação integral do sujeito para atuar em uma sociedade democrática, justa e igualitária.

No caso da área de Filosofia, os estragos são de todas as ordens. Além destes supramencionados, comuns às demais áreas, temos a perda da especificidade disciplinar

5. Na Base, aliás, a argumentação consta como uma das Competências Gerais de toda a Educação Básica: "Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta" (BRASIL-MEC/SEB, 2019, p. 9). Também é uma das competências de caráter geral preconizadas nos PCNEM: aprender "a argumentar com base em fatos" (BRASIL-MEC/SEMT, 2000, p. 74). E no PCN+: "argumentar logicamente, aceitar ou rejeitar argumentos, [...] apontar contradições [...] são competências gerais que fazem parte dos recursos de todas as disciplinas, e que, por isso, devem se desenvolver no aprendizado de cada uma delas" (BRASIL-MEC/SEMT, 2002, p. 16). Também no PCN-Filosofia: "Debater, tomando uma posição, defendendo-a argumentativamente e mudando de posição face a argumentos mais consistentes" (BRASIL-MEC/SEMT, 2000, p. 61). E na OCN: "parecem solicitar da Filosofia um refinamento do uso argumentativo da linguagem, para o qual podem contribuir conteúdos lógicos próprios da Filosofia" (BRASIL-MEC/SEB, 2006, p. 30).

6. Cf. por exemplo, os periódicos "EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação" e "Ensaio: Pesquisa em Educação em Ciências".

da Filosofia e, com ela, da possibilidade de desenvolvermos o potencial formativo que atribuímos à Filosofia na formação integral do estudante da Educação Básica. Assistimos à redução da carga didática de muitos docentes da área e/ou à realocação destes filósofos e filósofas em disciplinas que, a princípio, não lhe são familiares. Por conseguinte, há o risco de assistirmos a uma queda na procura pelos nossos cursos de graduação em Filosofia e, igualmente, ao arrefecimento da procura por pós-graduações na área. Além destes fatores, há aquele que diz respeito especificamente à subárea de pesquisa Filosofia do Ensino de Filosofia: se após a obrigatoriedade da Filosofia como disciplina do Ensino Médio vimos as pesquisas e produções na área se multiplicarem, e em alguns casos triplicarem (como no número de artigos publicados)⁷, no cenário de incerteza quanto à presença da Filosofia nas escolas (ocasionado pela legislação vigente), corre-se o risco de retrocedermos também nessa dimensão das pesquisas.

O problema que se impõe é como sanar (ou ao menos tentar minimizar) os estragos em questão. Acho que temos algumas frentes de atuação neste sentido. Uma vez que não há, por ora, uma Associação Nacional de Professores de Filosofia com força política para se responsabilizar por ações nesse sentido, temos que, de um lado, acompanhar dentro de nossos estados a construção e implementação dos currículos do Ensino Médio, garantindo que a Filosofia esteja presente tanto na base comum da BNCC, como em seus itinerários formativos. De outro lado, e concomitantemente, os professores e professoras que

atuam nas escolas devem dialogar com os profissionais de outros componentes curriculares de modo a pleitear e justificar a presença de temas, problemas e referenciais filosóficos na composição das disciplinas. Ademais, não podemos nos abster do enfrentamento político no cenário nacional. E, felizmente, diversas ações neste sentido foram e estão sendo realizadas, como procurarei sintetizar na sequência.

Sabe-se que, durante os últimos anos, muitos movimentos regionais fizeram resistência ao chamado Novo Ensino Médio, lutando pela presença da Filosofia na Educação Básica. Como exemplo, cito o Movimento #FicaFilosofia (RS); o Fórum Maranhense em Defesa da Filosofia (MA) e o Fórum de Professores de Filosofia do Ceará (CE), além de ações de associações como a APROFFIB, a APROFFESPE e a SEAF. Representantes destas entidades – após o Simpósio “Experiências de (r)existência”, parte constituinte do V Encontro da ANPOF Educação Básica (realizado em outubro de 2022, em Goiânia) – passaram a se reunir periodicamente, com vistas à fundação da almejada associação, de abrangência nacional, que represente acadêmica e politicamente os professores e professoras de Filosofia, de todos os níveis de ensino. O fortalecimento do ensino de Filosofia no Brasil passa, necessariamente, pela luta política de professores e professoras da área, da Educação Básica à pós-graduação.

Com respeito à pós-graduação, cabe lembrar que, nos últimos anos, a ANPOF vem exercendo – dentro de suas possibilidades e forças – o

papel de representação em questão. Presidentes e membros das últimas diretorias da ANPOF participaram de audiências públicas, fóruns e outros movimentos e ações em prol da Filosofia na Educação Básica. O exemplo mais emblemático desse engajamento da ANPOF é a participação da Associação na Campanha Nacional em Defesa das Ciências Humanas no Currículo da Educação Básica (CNDCH), um movimento nacional que reúne 5 associações – ABEH, ABECS, ANPUH, AGB e ANPOF – para pleitear, entre outros pontos, a revogação da BNCC e da BNC-Formação. Uma das ações da referida campanha foi a criação de um relatório de demandas para o Grupo Técnico de Educação do Gabinete de Transição Governamental, apresentado e entregue ao GT em reunião realizada no dia 06 de dezembro de 2022.

Eu diria, para finalizar, que nos cabe neste momento histórico do país justamente adotar uma postura filosófica: uma postura de resistência ao que é estabelecido e, principalmente, de resistência àquilo que vem sendo estabelecido sem diálogo e instaurado à revelia dos processos democráticos. Há que se unir com outras áreas que sofrem das mesmas adversidades, como temos feito, e conversar também com áreas até então privilegiadas neste cenário, mas que podem vir a ter um entendimento do papel da Filosofia e das Humanidades para uma sociedade que não se quer constituída por autômatos. Temos, também, que voltar à praça pública: aproximarmos da sociedade, fazer divulgação filosófica como o cientista faz divulgação científica, escrevendo

7. Cf. VELASCO, 2020, p. 516-527.

para outros públicos. E o Ensino de Filosofia enquanto campo de conhecimento pode ser crucial neste processo. Se estivéssemos na praça pública, nas bancas de jornais, nos cursos de extensão e de formação continuada, nos podcast e nos curtas-metragens, talvez esse discurso antidemocrático, esse discurso utilitarista, esse discurso racista, esse discurso tecnicista – talvez esses discursos de ódio não ecoassem tanto e fosse mais difícil ouvir por aí que a Filosofia é “para

pessoas já muito ricas, de elite” e que se deve investir apenas “em faculdades que geram retorno de fato: enfermagem, veterinária, engenharia e medicina”, como propalado pelo ex-ministro da Educação, Abraham Weintraub.

Eu terminaria, portanto, dizendo que talvez seja o momento de retomarmos do legado grego a ideia de que a Filosofia é vinculada à vida. Caso contrário, corremos o risco de sermos soterrados, enterrados vivos

por este contexto político, social e educacional horroroso que se avizinhou. Ainda que bons ventos soprem novamente no futuro próximo, os estragos financeiros, emocionais, educacionais (e tantos outros) dos últimos seis anos são muito profundos, tornando a luta política de professores e professoras de Filosofia ainda mais necessária para o fortalecimento de todo o campo do Ensino de Filosofia no Brasil.

REFERÊNCIAS

- AMOSSY, Ruth. **A argumentação no discurso**. Tradução de Eduardo Lopes Pires e Moisés Olímpio-Ferreira. São Paulo: Contexto, 2020.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – Ciências Humanas e suas Tecnologias**. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2000.
- **Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais – Ciências Humanas e suas Tecnologias**. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2002.
- **Orientações Curriculares para o Ensino Médio – Ciências Humanas e suas Tecnologias** (vol. 3). Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, 2006.
- **Base Nacional Comum Curricular**. Ensino Médio. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, 2018.
- GALLO, Silvío. **Metodologia do ensino de filosofia: uma didática para o ensino médio**. Campinas, SP: Papyrus, 2012.
- GRÁCIO, Rui A. **A argumentação na interação**. Coimbra: Grácio Editor, 2016.
- LYRA, Edgar. **O Esquecimento de uma Arte: Retórica, educação e filosofia no século 21**. São Paulo: Almedina Brasil, 2021.
- PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005 [1958].
- PLANTIN, Christian. **A argumentação. Histórias, teorias, perspectivas**. Tradução de Marcos Marcolino. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- RODRIGUES, Augusto; GELAMO, Rodrigo Pelloso. Ensino de filosofia: notas sobre o campo e sua constituição. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v.35, n.74, p 1-42, mai./ago. 2021.
- RUGGIERO, Gustavo. La formación de los profesores de Filosofía u la paradoja del "giro filosófico". **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 46, p. 99-112, out./dez. 2012.
- TOULMIN, Stephen. **E. Os usos do argumento**. Tradução de Reinaldo Guarany. São Paulo: Martins Fontes, 2006 [1958]. – (Ferramentas)
- VELASCO, P. D. N. Sobre o lugar da argumentação na Filosofia como disciplina. **Educação e Filosofia**, v.31, p.517 - 538, 2017.
- **Filosofar e Ensinar a Filosofar: registros do GT da ANPOF – 2006-2018**. Rio de Janeiro: NEFI Edições, 2020. – (coleçãoS; 4).